

A semântica da sacralização: usos do tempo no discurso do presidente Médici

The semantics of sacralization: uses of time in president Médici's speech

Eduardo Gusmão de Quadros*

Resumo

O objetivo do artigo é analisar a mimese entre a autoridade do governo instaurado em 1964 e os esquemas da religião civil por meio de um discurso do presidente Garrastazu Médici. Para isso, averigua-se as interpretações dadas aos fatos do golpe civil-militar e como o pronunciamento comemorativo, seis anos depois, operou com os registros da memória, com o testemunho pessoal e com categorias históricas para disseminar suas verdades acerca da nação. Isso foi feito em três tópicos. O primeiro, explora os princípios da *cronopolítica*, que estuda as revisões feitas no passado a partir do futuro intencionalmente projetado. No segundo, identificam-se elementos litúrgicos na fala presidencial e as bases da hermenêutica temporal posta em prática. Em terceiro lugar, aponta-se como o Estado ditatorial buscou incorporar o poder pastoral em seu modo de governar a população. Conclui-se com a hipótese de que na estética do tempo instituída pelo regime civil-militar pode ser encontrada uma estratégia política de sacralização.

Palavras-chave: Tempo. Autoritarismo. Religião Civil. Sacralização. Ditadura.

Abstract

The aim of this article is to analyze the mimesis between the authority of the government established in 1964 and the schemes of civil religion, through a speech by President Garrastazu Médici. To this end, we investigate the interpretations given to the facts of the civil-military coup and how the commemorative pronouncement, six years later, operated with records of memory, with personal testimony and with historical categories to disseminate its truths about the nation. This was done in three topics. The first explores the principles of chronopolitics, which studies the revisions made in the past since the intentionally projected future. In the second, liturgical elements are identified in the presidential speech and the bases of the temporal hermeneutics are put into practice. Thirdly, it is highlighted how the dictatorial State sought to incorporate pastoral power into its way of governing the population. It concludes with the hypothesis that in the aesthetics of time established by the civil-military regime demonstrated a policy strategy of sacralization.

Keywords: Time. Authoritarianism. Civil Religion. Sacralization. Dictatorship.

Artigo submetido em 20 de março de 2024 e aprovado em 08 de novembro de 2024.

* Doutorado em História pela Universidade de Brasília. Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Graduado em História pela Universidade Católica do Salvador e bacharel em Teologia pelo Instituto Teológico da Bahia. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0002-0645-6901. E-mail: eduardo.hgs@hotmail.com.

Introdução

Todos os esforços para estetizar a política convergem para um ponto. Esse ponto é a guerra.

W. Benjamin (1985, p.166)

A estética não é apenas a área das artes ou o estudo do belo. Benjamin, conforme a epigrafe acima, até parece provocar a confluência semântica entre o sentimento de beleza e o *bellum*, antigo termo latino para a guerra. O contexto da afirmação, claro, é o incremento dos preparativos para a eclosão do que será a II Guerra Mundial. Então, a estetização englobava algo bem mais geral, relacionado aos modos de sentir, de experimentar, de reconfigurar a história e a dinâmica da identidade. A estética benjaminiana, apontando para tendências mais recentes, era uma sinestesia imbricada com a epistemologia¹.

Há outro ponto relevante na curta assertiva. Trata-se da capacidade do campo político de fazer orbitar em torno de si experiências coletivas que geram um sentimento de direção comum. No caso em tela, a militarização crescente da sociedade germânica reforçava os poderes autoritários do Estado, tendência acompanhada por outros países na mesma época. A forma ditatorial de governo aperfeiçoou seus dispositivos de controle e, décadas depois, durante a Guerra Fria, os regimes latino-americanos reproduziram dispositivos semelhantes desde suas próprias contradições (Harmer, 2014).

Uma estratégia de domínio que se destaca nas análises hodiernas são as formas estéticas da temporalidade. Ou seja, se querer saber como cada sociedade lida com os registros do passado? Ou de que forma projeta os futuros possíveis? Quais valores vividos no presente levam às tentativas de reformulação da própria história? E por que os governos se interessam em promover esses momentos de revisão e de comemoração?

Ora, constata-se que para os regimes autoritários, surgidos de guerras e golpes de Estado, a elaboração de uma política dos tempos tornou-se estratégica

¹ Na área da Teoria da História, Frank Ankersmit tem explorado essa ampliação da noção de estética enquanto base importante do conhecimento histórico desde sua investigação sobre as dimensões do sublime (Ankersmit, 2005).

(Esposito, F e Becker, T., 2023). Trata-se não apenas das tentativas de legitimação dos acontecimentos ou das ações de quem assumiu o governo, mas também de difundir a necessidade do futuro projetado pela liderança do movimento político.

Este artigo tem por meta identificar elementos dessa *cronopolítica* a partir de um discurso proferido pelo presidente Médici em comemoração ao regime implantado em 1964. A princípio, buscou-se evidenciar as intervenções conotativas sobre a memória e a história, os protocolos estabelecidos para a interpretação do movimento dos quartéis rumo à conquista do estado. Porém, logo se revelou algo a mais, um esforço de consagração dos fatos ocorridos. Esse seria um traço das nações latino-americanas por causa da forte herança do catolicismo? No caso, ele aproveitou do calendário litúrgico para apresentar os símbolos da morte e ressurreição da nação brasileira. Mas consideramos os elementos não apenas emprestados da Semana Santa para avançar na hipótese de que a ditadura civil-militar esforçou-se para construir uma espécie de *religião civil*.

Vamos, portanto, demonstrar esse cruzamento de calendário sacro com efemérides históricas, apontar os usos e abusos da memória na legitimação do regime ditatorial. O foco ficará, devido às dimensões de um artigo, nas primeiras duas páginas do pronunciamento realizado em 31 de março de 1970². Além de compreender que elas fornecem a chave hermenêutica do que foi dito depois, esclarecemos que nesses primeiros parágrafos o presidente da República assumiu um papel de historiador ao recontar, reivindicando objetividade, os acontecimentos relevantes do passado recente.

1 A estruturação de uma religião civil

O discurso transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão iniciou com a invocação de estar “sob o signo da ressurreição” (Médici, 1973, p.87). Ao tomar como preâmbulo o elemento central do credo cristão, poder-se-ia esperar a solicitação de bênçãos divinas ou que haveria alguma ação de graças pela data

² Esse estudo faz parte de uma pesquisa maior, na qual o pronunciamento intitulado “nova consciência de Brasil” será tomado em sua íntegra. Por enquanto, o livro permanece em elaboração, esperando que seja lançado até o final do ano corrente.

comemorativa. Afinal, já fazia seis anos a execução vitoriosa do golpe de Estado, que foi concretizado na páscoa de 1964. Porém, não foi isso que se seguiu, estando a referência a Deus ausente dos demais eflúvios celebrativos.

Tal aproximação dos símbolos religiosos, das crenças e dos rituais é relativamente comum no mundo contemporâneo, podendo ser considerada constituinte do modo de exercer a soberania. O jurista alemão Carl Schmitt acusou, na década de vinte do século passado, que os conceitos centrais do estado moderno eram conceitos teológicos que foram secularizados (2006, p.35). Seu pano de fundo era a democracia liberal da República de Weimar (1919-1933), regime determinado pelos Aliados após derrotarem o exército germânico. Nesse caso, todavia, não vamos nos fixar a análise na dimensão teológico-política da ditadura brasileira, o que até poderia ser feito³, pois parece mais pertinente buscar um conceito anterior, proposto pelos pensadores iluministas. Trata-se do ideal de uma *religião civil*, que se aproxima da semântica do tempo histórico enunciada pelo presidente Médiçi.

O “pai da democracia” representativa referiu-se à importância da religiosidade para formação de uma solidariedade nacional. Isso foi feito no último capítulo do *Contrato Social*, onde Jean-Jacques Rousseau estabeleceu a utilidade dos estados assegurarem e incentivarem a edificação de uma *fé cívica* (2001, p.194). Ela deveria possuir poucos dogmas gerais, que tornassem desnecessárias maiores explicações, e se basearia no seguimento da moral, nos deveres cotidianos dos cidadãos e no amor puro com as leis do país. Ressalte-se que, com o mesmo intuito, Rousseau também defendeu a instituição da censura (2001, p.179), bem como a possibilidade de uma ditadura para “salvar a pátria” dos inimigos (2001, p.173). Dentre tais ambiguidades democráticas, ou o autoritarismo embutido no regime da *vontade geral*, está a referida sacralização dos atos governamentais.

Na noção de religião civil podemos encontrar, na verdade, princípios que vão além da pragmática política. O pensador iluminista não possuía ainda a ideia

³ As ideias de Carl Schmitt não foram tão exploradas pela historiografia acerca da ditadura civil-militar. O autor tem sido relevante para refletir sobre o autoritarismo oculto do sistema democrático e sobre sua crise nos finais do século XX (Quadros, 2020).

ampliada de cultura que existe, hoje, nas Ciências Humanas. O resgate do conceito, com seu valor heurístico para o mundo contemporâneo foi sugerido pelo sociólogo norte-americano Robert Bellah, em meados da década de sessenta. Ele publicou um artigo programático acerca dos fundamentos da religião civil na América (1991), notando como o país havia sacralizado o *american way of life* e, neste formato, difundia-o pelo globo. O trabalho foi redigido nos anos do pós-macarthismo, época em que pessoas de esquerda ou com inspiração socialista foram investigadas, perseguidas e sofreram processos policiais dentro da chamada “maior democracia do mundo”. A eleição de Kennedy, primeiro presidente católico da história norte-americana, recolocou a identidade religiosa na agenda pública, quando ficou evidente ser a noção de deus um símbolo sem conteúdo explícito, mas que era capaz de conferir identidade à nação. Simultaneamente, a laicidade iluminista da legislação protegia o governo das pressões dos grupos religiosos, possibilitando a auto-representação de uma população unida, livre e cristã (1996, p.176).

O brasileiro Thales de Azevedo retomou a ideia ao perceber, com perspicácia, que nos momentos de crise ou de golpe de Estado, a religião civil era propiciada com maior vigor (1980, p.72)⁴. Sua existência é observada desde que a laicidade política fora implantada com a República, quando o positivismo e o catolicismo foram sendo amalgamados pelo autoritarismo idiossincrático das elites. A ditadura civil-militar de 1964 atualizou o lema da bandeira pátria ao tentar assegurar o *progresso* por meio do estrito controle da *ordem*. Destarte, o discurso dos comandantes carregavam certa “mística”, ao considerarem suas ações como instrumentos de uma “revolução salvadora”. Nesse sentido, acoplaram ao propalado espírito cívico as “tradições cristãs do povo brasileiro”, convocando-o ao combate contra “o inimigo interno representado pelo comunismo ateu” (1980, p.84).

O presidente Médici, percebia argutamente o sociólogo, foi uma peça chave nesse amplo movimento de construção de uma “verdadeira religião civil conservadora” (1980, p.87). Com sua autoridade militar e na liderança máxima

⁴ O artigo foi publicado originalmente em 1979 na revista francesa *Archives de Sociologie des Religions*. Wellington Silva e Alexandre Silva comentam a originalidade bem como a atualidade dessa obra, que não teve o impacto merecido (Silva e Silva, 2022).

da nação, ele propagou uma verdade que já era conhecida de todos, mas, ao mesmo tempo, precisa ser enunciada, entrar pelos ouvidos e atingir os corações. Não se tratava de qualquer homilia, pois a sagração já estava no arcabouço institucional do sistema ditatorial. A “revolução” de março de 1964 não necessitava de nada além de si mesma, como diz o Ato Institucional N^o1, e desse caráter metafísico tentou instituir o que seria um tempo novo⁵. Curiosamente – ou seria dialeticamente? – a novidade trazida na esteira revolucionária já estava imbuída nas tradições nacionais, as mesmas a serem conservadas pelo regime.

Então, quem estaria sendo simbolicamente ressuscitado? Ou o que deveria ser recebido com a alegria efusiva da aleluia? O pronunciamento presidencial invocou sua posição de testemunha para anunciá-lo. Médici afirma que irá anunciar ao povo brasileiro como “vê” e “sente” o governo instaurado seis anos antes.

Os tempos verbais, no discurso, estão desta forma mesmo, no presente do indicativo, apesar da referência estar em fatos pretéritos. Seu relato se autoriza tanto pela legitimação burocrática do cargo, quanto pela condição de participante privilegiado dos eventos narrados. François Hartog comenta como, na origem grega, a testemunha (*martüs*) funciona enquanto um fiador, alguém que pelos registros mnemônicos conta o que viu e ouviu. Essa função, tão relevante no ambiente jurídico, esteve relacionada com as primeiras histórias escritas, com a importante diferença de que a testemunha “intervém no presente e para o futuro, enquanto o antigo *histor* deveria acrescentar a dimensão do passado” (2011, p.213).

Um fiador é alguém em que se deve confiar, que sabe explorar bem a ambiguidade original do conceito de história. Como é sabido, em várias línguas o termo guarda um sentido duplo, utilizado para o tempo vivenciado e também para a narrativa acerca do que foi vivido. A língua alemã, que manteve a distinção por muitos séculos, acabou por reunir entre os finais do século XVIII e começo do XIX, a palavra latina *Historie*, a que remetia ao acontecimentos pretéritos,

⁵ Conforme está declarado no prólogo de seu primeiro Ato Institucional, “a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma”. Assume-se a afirmação feita no parágrafo inicial de que ela “acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro” (apud Fico, 2014, p.339).

com o termo germânico *Geschichte*, originalmente o relato acerca do acontecido. Esse processo, estudado com perspicácia por Koselleck (2010), se consolida quando Hegel escreveu que, na cultura alemã, a ideia de história (*Geschichte*) agrupava tanto o lado subjetivo dos processos temporais quanto o lado objetivo, um remetendo ao outro (Koselleck, 2010, p.45).

Esse lado subjetivo está resguardado na memória, enquanto o objetivo no conhecimento histórico, com seu característico esforço metódico de remeter aos acontecimentos de maneira imparcial. Foi a religião cristã que promoveu a mescla de ambos quando valorizou o saber das testemunhas (*martüres*), afinal muitas delas foram martirizadas por confirmar uma verdade, acima de tudo, soteriológica. Desse modo, nos relatos evangélicos a autoridade de ter visto “com os próprios olhos” foi revestida da objetividade histórica, a mesma da evidência (Hartog, 2011, p.220).

A palavra história, em sua origem grega, significa pesquisa, inquirição, investigação. Foi assim que Heródoto utilizou-a em sua obra inaugural do século V a.C. A formação da historiografia científica, paulatinamente, afastou-a dos registros mnemônicos, até desfazer-se do aspecto epistemológico desta. Contudo, as catástrofes do século XX interromperam abruptamente tal trajetória. A memória tornou-se uma importante questão social, seja pela via dos traumas a serem superados, seja pela da reconstrução pedagógica dos vínculos sociais. A voz da testemunha passou a ser, identifica Hartog (2011, p.227), uma “estrutura de transição” entre a memória social e a ciência histórica.

Ora, o discurso de Médici jogou com a instabilidade semântica descrita para, dessas indefinições, angariar mais poder e mais prestígio, manipulando as representações sociais do tempo. O proveito do híbrido abre-lhe capacidade de reinvenção, de estabelecer correspondências e verossimilhanças com o ocorrido⁶. Porém, há uma falha nesse raciocínio: as testemunhas do século XX são identificadas com a posição das vítimas. Do estatuto de vítima alimentam sua autoridade, gerando uma confusão perigosa, na ótica de Hartog, entre a autenticidade e a verdade (2011, p.227). Na fala do general, o *trunfo da*

⁶ Notando-se que essa mistura entre memória e história está na base da *método negacionista*, como denunciou veementemente Vidal-Naquet (1987)

testemunha está na voz dos vencedores. Podemos considerar que é uma ingenuidade pensar o *entre-lugar*, tão valorizado na teoria pós-colonial (Bhabha, 1998), como fruto sempre das astúcias dos subalternizados. Aqui, encontramos a ambiguidade e a hibridização utilizados para fortalecer o domínio.

O relato fornecido pela grave voz presidencial exhibe a ressurreição do Brasil no *modus factual*. Ocorreu uma ruptura, sugere, a morte simbólica de um país, para que o parto, doloroso certamente, de uma realidade nacional distinta, com *novos laços políticos*, pudesse vir a ser. Daí a assertiva de que o movimento civil-militar em 1964 fez “este país nascer de novo” (Médici, 1973, p.88). Isso requer a crença, obviamente, com sua habilidade especial para abrir olhares⁷. Cabe questionar é se um governo teria mesmo tal capacidade? Ou se um regime político poderia recriar uma nação? O tempo novo – quiçá a nova vida - adviria de uma vontade soberana?

Voltemos à figura grega da testemunha (*martis*). Vimos acima que sua intervenção está direcionada para o futuro. O significado contemporâneo do vocábulo revolução - que aparece quinze vezes no opúsculo de sete páginas – igualmente remete ao tempo especial que “de repente se inicia de novo, [...] uma história totalmente nova, uma história jamais narrada ou conhecida antes”, conforme Hannah Arendt (2011, p. 56). A narrativa pronunciada precisará, por conseguinte, decifrar os *sinais dos tempos*, no intuito de fornecer o máximo de segurança escatológica à comunidade nacional, como ocorrera há tantos séculos na afirmação evangélica: “eu estou convosco” (Mt. 28, 20). Conclui-se que 31 de março de 1964 era um evento a encarnar um advento.

A crença nessa ampla potencialidade do Estado é comum nos regimes autoritários. E, talvez, a historiografia acadêmica tenha certa culpa ao adotar a noção hegeliana de que o Estado seria a grande realização civilizacional humana, onde memória e história confluem como marcadores do tempo, o lugar no qual passado, presente e futuro se concretizam, acusou Enzo Traverso (2012, p.29). Nesse sentido, contrariando a tendência recente nas Ciências Humanas de considerar uma grande área de intercessão entre memória e história, é

⁷ Michel de Certeau (1985) elaborou uma “antropologia do crer” na qual estuda as íntimas relações performáticas entre o saber, a crença e a visão.

importante encampar politicamente as distinções, denotar a objetividade do passado nos quadros do conhecimento histórico, até devido à diferença fundante da escritura. Se existem tentativas de manipulação mútua, sendo óbvio que não se pode negá-las, elas adentram enquanto questão destacada de investigação na pesquisa metodicamente construída.

Ao defender esse aspecto, Traverso considera que o fascismo transformou o nacionalismo em uma *religião civil* (2021, p.28). Essa tendência do mundo contemporâneo já estava notável na laicização política promovida pela Revolução Francesa, quando as instituições nacionais foram recobertas de liturgias, de símbolos e de uma aura de sacralidade. A revolução fascista intentada por Mussolini incorporava tais aspectos religiosos, escreveu o próprio *Duce*, além tê-la descrito como um *sistema espiritual* de pensamento (Mussolini, s/d. p.60).

Apontando tal esforço de assimilação, percebe-se outro lado do conceito de religião civil, podendo ser concebido também enquanto crítica aos tentáculos controladores do poder estatal. Esta foi, justamente, a denúncia do papa italiano Pio XI, ao perceber a sedução que a *ideologia*⁸ autoritária exercia sobre tantos fiéis católicos. Na encíclica publicada em 1931, o sumo pontífice afirmava que o fascismo era uma “verdadeira estatolatria pagã”, que contrariava tanto os princípios do direito natural quanto o caráter sobrenatural da Igreja, essa, sim, a fonte da verdadeira religiosidade (2004, p.357). Os rituais do partido fascista seriam “ímpias paródias” (2004, p.346); os militantes, lobos em pele de cordeiro (2004, p.353), a exercerem “odiosas vigilâncias” (2004, p.366), por meio de ordens “contra toda a verdade e justiça” (2004, p.362).

As palavras veementes proferidas por um papa contribuem para compreender a ampliação do campo político no século XX. Ele concebia que a batalha não era exatamente uma questão “política, mas moral e religiosa, essencialmente moral e religiosa” (2004, p.352). Tal perspectiva *moralista* é típica do mundo teológico, preocupado não apenas com aquilo que é, pois orientado pelo sentido final, o que deveria ser. Essa mescla de ontologia e deontologia foi uma característica evidenciada no predominante neo-tomismo da

⁸ Destacamos que o termo ideologia foi utilizado pela pena papal exatamente nesse parágrafo, não deixando de ser curioso seu uso ofensivo, já que o grande inimigo dos fascistas era exatamente o marxismo.

época. Contudo, aqui não se resume a isso. É importante perceber nas críticas a tentativa de imputação ao corpo político de sentimentos humanos, a exemplo da espiritualidade e da fé.

Quando realizou suas investigações sobre mídia e política nos Estados Unidos do final da década de 1930, Theodor Adorno igualmente a notou. Ele fez análises dos discursos de um influente pastor norte-americano da costa leste, identificando as estratégias do fascismo adotadas no programa religioso radiofônico. Reiteradamente, emergia “a base da manipulação fascista da subjetividade religiosa com fins políticos, por conseguinte, antirreligiosos” (2009, p.102). O pensador germânico evita, assim, o conceito de religião civil percebendo sua existência e preferia deixar as duas esferas, no âmbito teórico, relativamente separadas. Não existiria, portanto, o *crstofascismo*⁹, pois compreendia que a utilização política das crenças e rituais degradaria o religioso, semelhante ao que havia dito o papa. Como se possuísse a iracúndia de um profeta bíblico, Adorno chegou a acusar a propaganda fascista de manipular os dogmas cristãos e proferir blasfêmias (2009, p.112).

Esse entendimento crítico demonstra que um governo não possui os poderes da divindade, nem a representa qualquer divindade. Viu-se a pretensão histórica do autoritarismo militar de, com um golpe político, abrir um novo regime de tempo. Claro que eles não têm toda a culpa, já que não inventaram que revolução seria sinônimo do momento de ruptura e inauguração de uma nova sociedade. Mas temos outra ideia embutida no conceito de revolução, igualmente apontada pelo estudo de Arendt: o significado mais tradicional, pré-Revolução Francesa, era de retorno ou volta para o caminho (2011, p. 72). No período da quaresma, seis anos antes, afirma Médici, “os valores democráticos e cristãos da alma brasileira” estavam sendo progressivamente crucificados (1973, p.87). A nação não deveria se esquecer da ação redentora encabeçada pelas instituições militares.

2 A memória litúrgica

“A nação se lembra[...]” é a locução de abertura do segundo parágrafo do

⁹ Para uma visão oposta sobre esse termo, que passou a ser usado no Brasil recente, ver o trabalho de Wagner Sanchez e Glair Arruda (2020).

texto estudado. No terceiro, “está bem viva na memória[...]”. No quarto, “a nação bem se lembra[...]”. E o quinto parágrafo inicia com “a nação bem se lembra[...]” (Médici, 1973, p.87). A plasticidade da lembrança é explorada no intuito de reconstituí-la pela via dos poderes institucionais. Trata-se do esforço de conotar semanticamente a experiência temporal, já que quem exerce controle sobre o tempo domina igualmente a formação de um povo.

A igreja percebeu isso quando instituiu a ruptura entre antes e depois de Cristo no século VI. Quase mil anos depois, universalizou a cronologia por meio do calendário gregoriano (Hunt, 2013). Os nativos da América, da Ásia e da África foram conquistados não apenas espiritualmente, mas também temporalmente. A Revolução Francesa repetiu o feito ao proclamar-se o primeiro ano da nova humanidade e a Revolução Russa tentou jogar o capitalismo na “lata de lixo da História”¹⁰.

Nessas ações político-religiosas, o tempo separa-se do espaço. Como se fosse a divindade criando o cosmos, ali se lançava o princípio genético, o *arché* da sociedade nacional, principal sujeito operador da lembrança. Há aqui um ponto de intercessão onde a arqueologia do discurso presidencial demonstra uma nova cronologia que instabilizaria a distribuição espacial mnemônica. Não se propõe a reconciliação, mas a manutenção da tensão bergsoniana, nessa tentativa de refundação da pragmática política, quando “o tempo compreende passado e presente simetricamente a partir de discontinuidades” e os “eventos estão submetidos à lógica da anterioridade” (Godoi, 2020, p.173).

Era preciso, portanto, reordenar o passado. Caos e criação formando um par. Ainda encontramos na teoria de Bergson a sugestão de que a atualização da memória seria muito mais uma substituição. Rodrigo Godoi explica que se trata de “substituição porque as lembranças não podem ser imagens, mas signos não reveladores de novidades. Por eles mesmos, acenam para eventos da experiência passada” (2020, p.185). O retorno para 1964 apresenta o dever posto na memória nacional de conformar um projeto utópico de futuro pretérito.

¹⁰ A expressão foi utilizada pelo líder revolucionário Leon Trotski. Aqui queremos lembrar, todavia, a instigante sátira homônima redigida por Roberto Schwarcz (2014) na época da decretação do AI – 5, que trata mais diretamente das “loucuras” ditatoriais.

A narrativa da ressurreição da nação aproxima-se, desse modo, de uma estrutura mitológica. É o *in illo tempore* do país. Esse tempo reversivo, de retorno ao evento soteriológico corresponde exatamente ao tempo litúrgico. Os mitos, como se sabe, fornecem os elementos encenados pelos ritos e os rituais celebrativos transmitem os valores míticos para o público que participa. Esse é o sentido etimológico da palavra liturgia: uma ação (*ergon*) desempenhada pela elite a favor do povo (*leitos*).

Claude Rivière (1989) fez um estudo sobre *as liturgias políticas* em que aborda os regimes totalitários, comparando símbolos, mitos e ritos manipulados tanto por Hitler quanto por Stalin. Talvez faltasse aos generais brasileiros alguém com o carisma pessoal do líder nazista, ou a organização do *Volk* germânico não tivesse correspondência no país, mas o que fica implícito na caracterização feita pelo autor são as semelhanças entre os rituais da ditadura brasileira com o comunismo soviético (!). Vejamos os traços *litúrgicos* descritos:

- 1) O estabelecimento de uma ideologia globalizante e oficial que apresenta-se como um saber correto, enquanto discurso de fé, que faz apelo a estados psíquicos fortes como a ansiedade e a agressividade. Ela propõe o deciframento do sentido da história a partir da revolução, da reformulação institucional e dos novos comportamentos que pretende instaurar;
- 2) Uma vez conquistado o Estado, o partido de massa que assume essa ideologia impõe-se como único. Seu aparelho tentacular fica submetido aos princípios de uma hierarquia rigorosa[...];
- 3) A força é o principal meio da ação política, tendo como braço secular, mais ainda que o exército, apesar deste ser bastante desenvolvido, uma polícia com rituais paramilitares[...];
- 4) Em três setores importantes - comunicações de massa (para a informação e para propaganda), armamento e organizações econômicas - realiza-se um controle monopolítico de tão rigoroso que todo poder econômico, militar e cultural fica submetido ao político;
- 5) Questionando os valores do individualismo definidos pela filosofia das Luzes, a ação estatal, num primeiro tempo, produz uma atomização

social através da destruição dos antigos corpos intermediários da sociedade[...] (1989, p.95-96).

Com exceção do item segundo dessa lista, os demais poderiam ser aplicados à implantação da ditadura civil-militar no Brasil. Teria ocorrido uma mimese inconsciente do inimigo tão combatido? Ou a tentativa de edificar um *populismo à direita* aproximaria as elites nacionais da esquerda autoritária?¹¹ Será que o simples totalitarismo matricial da mentalidade militar teria gerado tais aproximações? Ainda sobre o segundo item, supostamente divergente, torna-se necessário esclarecer que não havia objetivamente o partido único, nem um partido de massas, porém o bipartidarismo era somente uma fachada pseudodemocrática, já que o *aparelho tentacular* do governo funcionou plenamente tanto na cooptação quanto na exclusão dos divergentes.

Existe uma falha no estudo feito por Rivière, que também utilizou a noção de religião civil para compreender as liturgias seculares¹². Ele não tratou da questão da memória. As religiões, afinal, envolvem tradições a serem seguidas, doutrinas e, claro, rituais litúrgicos reproduzidos pelas gerações com afinco. Danièle Hervieu-Léger (1993) não chegou a identificar a memória cultivada sob a autoridade da tradição o elemento essencial da dimensão religiosa? A legitimação conferida pelo passado redivivo mnemonicamente não o sacralizou socialmente? Portanto, o conteúdo a ser mantido na lembrança precisa ser observado.

Obviamente, a nação brasileira precisava manter na memória coletiva a separação entre o antes e o depois. Apontou-se na primeira deontologia mnemônica a antiga situação social “da desordem e da turbulência, da injustiça, da demagogia e da intimidação” (Médici, 1973, p.87). Foram elencadas somente características negativas, que atracariam o caminho para o progresso nacional. Esse conjunto “maldito” teria atingido seu auge na nefasta data de 13 de março de 1964, uma sexta-feira.

¹¹ Pode-se fazer um trocadilho com o título da obra clássica escrita por Octávio Ianni, em 1966, que tratava do golpe de 1964 como “o colapso do populismo”, e falar, com Daniel A. Reis (2014) no “colapso teórico do colapso” ao notar que diversas estruturas corporativistas e populistas herdadas de Vargas foram não somente conservadas, mas aprofundadas no período ditatorial.

¹² Distinguindo-a da igreja e de outras manifestações do sagrado, ele entende que a religião civil expressa-se na “dimensão religiosa da vida política, pois fornece uma finalidade transcendente aos processos políticos” (1989, p.143).

O que aconteceu nesse dia? O comício do presidente João Goulart diante da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, com enorme mobilização para demonstrar o apoio popular às *Reformas de Base* anunciadas¹³. A polarização política já havia se acentuado grandemente e já na organização do evento isso ficou evidenciado pela tentativa de incendiar o palanque armado. Também havia agentes infiltrados pelos grupos oposicionistas para provocar ações destrutivas e violentas (Silva, 1975, p.323). Ao avaliar o ato no dia seguinte, o governador Carlos Lacerda, ferrenho líder do movimento contra Jango, declarou: “a guerra revolucionária está desencadeada” (Silva, 1975, p.325).

A data agourenta evocada por Médici fica contraposta, portanto, à sexta-feira santa que renunciou a autêntica *revolução* nacional. E para extirpar os males, o general presidente recordava as procissões intituladas “marchas da família”, ocorridas em várias capitais do país, que exigiram “o fim de todos os desmandos” (1973, p.87). Semelhantemente, Jango referiu-se a elas em seu discurso na Central do Brasil, alertando que “não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade de suas esperanças” (apud Fico, 2014, p.284). O presidente da República cita ainda no mesmo trecho o papa João XXIII no intuito de legitimar seus propósitos, denunciando aquela ameaçadora mistificação da “indústria do anticomunismo” (apud Fico, 2014, p.284).

A significação dos eventos advém primordialmente de quem lembra. Toda memória é sustentada por um sujeito, uma pessoa singular, o que de nenhum modo se contradiz com noção de memória coletiva ou social. Ora, é simples se aceitar que quando falece a pessoa, sua memória morre conjuntamente, e uma utilização metafísica do termo coletivo seria pouco útil para a historiografia. Como ensinou Paul Ricoeur (2007, p.133), não existem bons motivos para permanecermos na inócua busca de uma origem mnemônica ou na ingênua oposição clássica entre indivíduo e sociedade. Afinal, é sempre na recordação íntima que as marcas do social serão encontradas.

¹³ Tratava-se de um extenso programa que incluía a reforma eleitoral, tributária, bancária, cambial, administrativa, universitária, urbana e a reforma agrária. No discurso feito em 13 de março de 1964, a última das reformas anunciadas repercutiu bastante, acentuando o temor da elite agrária, mesmo que Jango defendesse publicamente “o caminho reformista, pacífico e democrático” (apud Fico, 2014, p.289).

Coletivos são os meios de transmissão, de manutenção, de transformação e apagamento das lembranças. O *quem* engloba, portanto, um eu, um nós e, até, um eles, os outros que, geralmente, chegam aproximando-se na figura de companheiros, avizinhandos-se de nosso lugar e de nossa existência, mesmo que sejam presidentes da república.

Um segundo ponto de observação visa o processo do *como* se lembra e *como* se tenta esquecer. Trata-se de colocar os circuitos semânticos da memória sob a ordem da pragmática. Desse modo, tanto a atitude passiva quanto a ativa estão dialeticamente mobilizadas na ação memorialística. Na manutenção da convivência política, sói ocorrer desde a influência mútua, a partilha amistosa e pedagógica, chegando-se às raias das estratégias conscientes de manipulação. Isso é devido, conforme Ricoeur, a violência fundante do Estado:

É fato não existir comunidade histórica alguma que não tenha nascido de uma relação, a qual se pode chamar de original, com a guerra. O que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos, legitimados posteriormente por um Estado de direito precário, legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez. Assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração, do outro. É assim que se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas reais e simbólicas (2007, p.95).

O discurso de Médici busca cumprir a função *medicinal* de curar as feridas, no intuito de perpetrar o “direito precário” da Constituição autoritária¹⁴. Sua fórmula fica revelada por meio do conteúdo mnemônico, ou seja, *o que* é lembrado e *o que* é esquecido. Aqui, destarte, a memória torna-se destacada pela capacidade cognitiva e também persuasiva. Envolve, igualmente, os dilemas da ética social, pois viabiliza o direito ao luto, correlacionado à exigência de justiça pelos atores históricos.

O crisol de memória, história e esquecimento possui um amálgama composto por diversos atores, mas há consensos semânticos construídos a partir da desigual distribuição do poder. A questão do *porquê* não pode ser deixada de lado, considerando o interesse que move o trabalho do lembrar e do esquecer. A

¹⁴ Aqui não fizemos um mero jogo de palavras, mas nos referimos à Constituição da República Federativa do Brasil de 1969, que é também chamada de emenda constitucional, imposta pela junta militar poucos dias antes da posse do general Médici na presidência. O texto incorporou os direitos atribuídos ao poder executivo pelos Atos Institucionais em vigor e consentiu no retorno das penas de banimento e de morte nos crimes contra a segurança nacional.

capacidade mnemônica de ordenar e criar a sensação de coerência identitária indica uma motivação subjetiva básica. A partir dela, as dinâmicas sociais do saber, do sentir, do querer, do fazer, do crer e do amar tem sido apropriadas. O grupo de verbos modais - modificadores dos predicados atribuído a um sujeito¹⁵ - aqui listados servem para demonstrar a amplitude das habilidades da memória e as razões de ser tão disputada. Foi o que o presidente Médici tentou semanticamente manipular, de forma a sacralizar sua interpretação dos fatos.

3 O futuro como herança

Por isso, não deixa de tocar nos sacrifícios feitos, tanto pelo povo quanto pela elite que assumiu o poder estatal. Essa é outra ponte estabelecida com a concepção religiosa. A ideologia nacional não promovia somente rituais memorialísticos e ressignificava símbolos de caráter sacro, disseminava a atitude sacrificial. Muitas vezes, é invocada para ressaltar a necessidade de extirpar as “ervas daninhas” do território pátrio, perseguir os grupos oponentes e legitimar as ações violentas, como enfatiza John Rees (2021, p.201). Porém, o elemento mais destacado pelo presidente não foi esse e, sim, o autosacrifício.

“O bom pastor dá a sua vida pelas ovelhas”, diz Cristo no Evangelho (João 10, 11). Tal princípio foi incorporado no Ocidente enquanto um paradigma governamental que percorre a história estatal. Michel Foucault denominou-o de *poder pastoral*. A natureza pastoral da *governamentabilidade*¹⁶ foi o pano de fundo da constituição do Estado moderno e este ainda lhe conserva os traços, afirma (2008, p.219). Com isso, o pensador francês caracteriza uma forma de comandar baseada na dependência mútua, estabelecida na obediência às leis e costumes, que confessa um regime de verdade, objetivando a salvação integral (2008, p.223).

Podemos encontrar algumas analogias com a mentalidade militar. Os

¹⁵ A definição é retirada do dicionário de Greimas e Courtés (1989, p.282). Os autores trabalham com menos verbos fundamentais, capitaneados pelo ser e pelo fazer. Assim, o dever, o querer, o poder e o saber são relacionados dentro dos quadrados semióticos. Em nossa abordagem, os verbos modais ligados a afetividade foram introduzidos por constituírem uma dimensão importante do registro memorial, a ser acessado discursivamente.

¹⁶ Com o termo, Foucault designa um “conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (2008, p.143). No regime implantado em 1964, o último elemento descrito sustenta os demais por meio da Doutrina de Segurança Nacional, ensinada pelos grupos militares e incorporada no texto constitucional que vigorava.

superiores se rebaixam para cuidar dos mais simples, bem como da população civil, ao mesmo tempo que lhes cobram obediência (Castro, 2012, p.149). Para Foucault, trata-se de uma submissão mútua que resguarda a hierarquia (2008, p.232). Existe ainda uma obediência sem finalidade prática, sustentada como valor em si. A renúncia da própria vontade seria o caminho para atingir a felicidade, ensinava a espiritualidade cristã (Foucault, 2008, p.235), o que se aproxima do “complexo messiânico” do exército, identificado no estudo clássico de Coelho (1976, p.159). Os militares estariam sempre a postos para salvar a nação, gerar o bem, tanto individual quanto coletivo, protegendo dos inimigos, igual ao que fazia rei-pastor exemplar (Foucault, 2008, p.171).

Michel Foucault demarcou vários aspectos do poder pastoral, contudo há no princípio sacrificial um elemento, curiosamente, pouco enfatizado e deveras importante na esfera da política. Trata-se da dívida criada, uma espécie de contrato implícito entre doador e receptor. Os grupos militares não deixaram somente os quartéis, renunciaram sua relativa autonomia social (Coelho, 1976, p.128). Agora esperam a retribuição e o respeito devidos. A dádiva suscita a dívida instituinte do próprio Estado¹⁷.

Então, diante do “desgoverno” de João Goulart, a “desonestidade”, a “insensatez” e o “cinismo” oficializados, afirmava o general Médici (1973, p. 87), eles marcharam para as ruas. Sua missão era o reestabelecimento da política desinteressada, guiada pelo compromisso patriótico, não corrompida pelos interesses pessoais, pelas negociatas camufladas ou pelos vendilhões da nação. Foi contra aquela “desagregação” (1973, p.87) que emergiu o necessário governo forte. Alguns remédios administrados podem ter parecido amargos no início, mas depois de seis anos viam-se publicamente os resultados terapêuticos obtidos. O corpo nacional purificado reestabeleceu imperativamente a saúde e o vigor.

Isso é o resultado de ações heroicas. Por isso, a última das lembranças *factuais* postas no início do discurso presidencial foi invocada na primeira pessoa do singular. A autoridade do “eu recordo”, como se sabe, torna o conteúdo enunciado praticamente inquestionável. Junta-se idealmente com o “foi assim” e

¹⁷ Estamos nos baseando aqui no clássico *Ensaio sobre a dádiva* escrito por Marcel Mauss (2003), onde ele trata da “dívida moral” estabelecida com o Estado desde o “fato social total” de doar e doar-se (2003, p.309).

com o “eu estava lá”, formulações de veridicção que coligam de maneira direta um sujeito com a ação descrita. Assome-se a promessa implícita da sinceridade no relatar.

O velho general lembra *bem* de ter liderado a mocidade¹⁸ “marchando na vanguarda das forças que deflagravam a revolução” (Médici, 1973, p. 87). Ele se pronuncia enquanto personagem *revolucionário* e *vanguardista*, junto a coragem rejuvenescedora dos jovens, exercendo a vontade partilhada de reinsserir o país dentro do “caminho da ordem” (Médici, 1973, p.88). A afirmação emana do propósito de alargar os sentidos das palavras utilizadas, colocar-se em sintonia com o *espírito* dos anos sessenta. Afinal, eram termos que circulavam, que sustentavam uma aura prestidigitadora. Eram conceitos gerais que abarcavam significados fortes, dois *arquismemas* políticos, como denominara Koselleck¹⁹.

A estética da temporalidade no discurso comemorativo reuniu a marcha na vanguarda histórica com a retomada do que seria a autêntica tradição nacional. Por isso Florestan Fernandes escreveria que a ditadura militar tentou “vergar o arco histórico para trás”? (1982, p.46). A missão messiânica dos militares fica evidente, de todo modo, pois “essa vitória e esse caminho [...] salvaram o país” (Médici, 1973, p.88).

Vemos um pouco mais aqui. Ao defender a recordação na primeira pessoa do singular, o presidente buscou incorporar em si o mito do herói. Ou seja, apesar do momento histórico desfavorável e conturbado, ele abandonou o comodismo para agir corajosamente em favor da maioria. Liderando uma batalha social e ideológica, pode conclamar o coro patriótico a bradar altissonante nas ruas o “grito de vitória” (1973, p.88).

Então, ele é o grande responsável pela administração da herança revolucionária, com a missão de concedê-la aos “filhos” que forem fiéis. Conforme a análise de Girardet (1987), o líder da *revolução* substitui a autoridade paterna,

¹⁸ Trata-se dos jovens que estudavam na Academia Militar de Agulhas Negras (RJ) onde Garrastazu Médici era comandante-chefe quando eclodiu o golpe civil-militar.

¹⁹ O conceito geral possui condições prévias de entendimento, escreve o pensador alemão, mas seu “significado preciso sofre variações dramáticas de um país a outro, de uma situação política a outra. [...] Teríamos dessa forma o caso de uma espécie de arquimema (*Schlagwort*) político, que se reproduz continuamente em cada uma de suas ocorrências, da mesma forma como conduz obrigatoriamente à alteração da própria situação em que ocorre” (2006, p.62).

encarnando o agir providencial, tornando-se o veículo da paz, da confiança mútua e da segurança coletiva. Daí sua assunção para a desempenho messiânico de “prevenir os acidentes da história, evitar suas fendas, responder pelo futuro em função da fidelidade a um passado com o qual se acha naturalmente identificado” (1987, p.90).

Conclusão

O pai da pátria se pronunciou comemorando a instauração de um novo tempo na nação. Buscou estabelecer parâmetros *cronopolíticos* operando com os registros temporais da memória e da história, mesclando-os e configurando-os de modo a aferir o sentido do golpe de 1964. Dirigiu, pelas vias midiáticas do rádio e da TV, uma liturgia onde a deontologia da lembrança concluía com a promessa escatológica de segurança e paz.

Talvez um discurso presidencial seja muito pouco para demonstrar o *modus operandi* dessa religião civil apregoada pelo estado ditatorial. Entretanto, isso não nos deve impedir de enxergá-lo, especialmente nos pronunciamentos e atos oficiais. Há alguns anos, Alcir Lenharo (1986) fez algo semelhante em seu estudo sobre o Estado Novo. A visão *fascista* do corpo social diluía os conflitos sócio-políticos pela adesão patriótica e seria análoga à noção do corpo místico de Cristo, mesmo que o próprio presidente Vargas nem fosse tão religioso assim. Em nosso artigo buscamos apontar não somente a *sacralização da política*, título de seu livro, mas uma política explícita de sacralização na qual mito e história se entrecruzaram.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. La técnica psicológica de las alocuciones radiofónicas de Martin Luther Thomas. In: ADORNO, Th. W. **Escritos sociológicos II – vol.1** (Obra completa 9/11). Madrid: Editora Akal, 2009, p.8-146.

ANKERSMIT, Frank R. **Sublime historical experience**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2005.

ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- AZEVEDO, Thales de. A religião civil: introdução ao caso brasileiro. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro: ISER, n. 6, p.69-89, 1980.
- BELLAH, Robert. Civil religion in America (1966). In: BELLAH, R. **Beyond Belief**. 2. ed. Berkeley: California Press, 1991, p.168-189.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 141-168.
- BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CASTRO, Celso. **Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- CERTEAU, Michel de. Le croyable, ou l'institution du croire. **Semiotica**, v. 54, n.1-2, p.251- 266, 1985.
- COELHO, Edmundo. **Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- ESPOSITO, F E BECKER, T. The times of politics, the politics of time and politicized time. **History and Theory**, Wesleyan University (UK), v. 63, n.4, p.3-23, dez. 2023.
- FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1982.
- FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GODOI, Rodrigo T. Teoria da memória: diálogo transdisciplinar e metahistória. In: PASSOS, A. A.; BENTO, L. C.; GODOI, R. T. **Historiografia crítica- ensaios, analítica e hermenêutica da História**. Vitória: Editora Milfontes, 2020, p.161-230.
- GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1989.
- HARMER, Tanya. The Cold War in Latin America. In: KALINOVSKY, Artemy; DAIGLE, Craig (eds.). **The Routledge Handbook of the Cold War**. New York: Routledge, 2014. p.133-148.
- HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. **La religion pour mémoire**. Paris: Le Cerf, 1993.

- HUNT, Lynn. Globalisation and time. In: LORENZ, C. e BEVERNAGE, B. (ed.). **Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future**. Gottigen-DE: Vandenoek e Ruprecht, 2013, p.199-215.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Historia/historia**. 2^a ed. Madrid: Editorial Trotta, 2010.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. São Paulo: Papyrus, 1986.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MÉDICI, Presidente. **Nova consciência de Brasil**. Brasília: Imprensa Nacional, 1973.
- MUSSOLINI, Benito. **La doutrina del Fascismo**. Madrid: Lebooks Editora, s/d.
- PIO XI. Non abbiamo bisogno (1931). In: **Documentos de Pio XI**. São Paulo: Editora Paulus, 2004.
- QUADROS, Eduardo G. Deus acima de todos? A construção teo-política na crise das democracias. **Revista Brasileira de História das Religiões**, XIII, n. 37, p. 59-75, mai-ago. 2020.
- REES, John. Religion, populism and dynamics of nationalism. **Religion, State and Society**, v.49. n.3, p.195-210, 2021.
- REIS, Daniel A. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional estatista. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- RICOEUR, Paul. **Memória, História, Esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- RIVIÈRE, Claude. **As liturgias políticas**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1989.
- ROUSSEAU, Jean-jacques. **Do contrato social**. São Paulo: ebooksBrasil, 2001.
- SANCHEZ, Wagner L. e ARRUDA, Glair A. Novas faces do cristofascismo no governo de Jair Bolsonaro. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 80, n. 316, p.353-372, mai-ago. 2020.
- SCHMITT, Carl. **Teologia política**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006.
- SCHWARCZ, Roberto. **A lata de lixo da História**. 2^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SILVA, Hélio. **1964: golpe ou contragolpe?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SILVA, Wellington T. e SILVA, Alexandre S. Thales de Azevedo e a religião civil brasileira. **Paralellus**, v. 13, n. 32, p.125-137, jan.-jul. 2022.

TRAVERSO, Enzo. **As novas faces do Fascismo**. São Paulo: Editoria Ayné, 2021.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. Lisboa: Editora Unipop. 2012.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Les assassins de la mémoire**. Paris: La Découverte, 1987.